



PROJECTO EUROPA

Nº 23 - Fevereiro 1994

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

Parlamento Europeu não aprova projecto de Constituição europeia

António Capucho criticou a iniciativa

António Capucho, em intervenção produzida no dia 8 de Fevereiro, a propósito do debate sobre o relatório Herman (projecto de Constituição da União Europeia), afirmou que aquela iniciativa suscita “objecções profundas quanto à oportunidade, quanto à forma e, especialmente, quanto à substância do articulado que nos é proposto”.

Segundo António Capucho, o projecto “serve antes os interesses conservadores daqueles que vão mais uma vez, aproveitando os meios mediáticos que a próxima campanha eleitoral lhes proporciona, defender o retrocesso da União Europeia recorrendo a um discurso primário, anti-europeu e nacionalista”. Quanto à forma, aquele eurodeputado entende que “seria mais adequado proceder-se previamente à fusão e sistematização de todos os Tratados, como inúmeras vezes foi desejado pelas instituições comunitárias e constitui objectivo anunciado pelo Conselho Europeu”.



No que respeita à substância, o coordenador do Grupo Europeu do PSD criticou, designadamente, “o recuo significativo e inaceitável face ao que o Tratado da União prevê (quanto) à coesão económica e social”,

lamentou que seja “posto em causa o equilíbrio institucional baseado no princípio da igualdade entre os Estados-membros” e ainda que se pretenda modificar o sistema de votação no Conselho, pois “a inovação representaria uma porta aberta ao esmagamento dos Estados menos populosos pelos Estados mais poderosos”.

O projecto de Constituição acabou por não ser “aprovado” como base de trabalho, como pretendia o relator, limitando-se o P.E. a “tomar nota” do documento, sem se pronunciar sobre o respectivo articulado, e a remetê-lo para apreciação ao novo Parlamento Europeu que resultar das eleições de Junho próximo, tendo em vista uma discussão alargada aos Parlamentos nacionais.

JORNADAS PARLAMENTARES EM 18, 19 e 20 DE MARÇO

Organizadas pelo Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia da República, as Jornadas Parlamentares deste ano são especialmente dedicadas aos temas europeus e contam com a participação dos eurodeputados do PSD.

ELEIÇÕES PARA O PARLAMº EUROPEU ENTRE 9 e 12 de JUNHO

Em todos os Estados-membros, as próximas eleições para o P.E. realizam-se naquele período. Cabe a Portugal decidir da data mais conveniente para o efeito. O prazo para apresentação das candidaturas termina, consoante essa decisão, entre 18 e 21/4.

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

CARLOS COELHO

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE POLÍTICA REGIONAL DO P.E.

Carlos Coelho, que assumiu em Janeiro o mandato de Deputado Europeu, foi eleito Vice-presidente da Comissão de Política Regional, Ordenamento do Território e relações com os poderes regionais e locais.

A Comissão de Política Regional acompanha a execução de perto de 1/3 do Orçamento Comunitário e é a Comissão responsável pelos fundos estruturais na área do desenvolvimento regional, com especial destaque para o FEDER.

O Deputado Carlos Coelho, ex-Vice Presidente do Grupo Parlamentar do

PSD na Assembleia da República, iniciou funções no Parlamento Europeu no passado dia 11 de Janeiro,



em substituição do Deputado Virgílio Pereira, recentemente eleito Presidente da Câmara Municipal do Funchal. Carlos Coelho, que tem 33 anos, é um dos 10 deputados mais jovens num Parlamento que tem 518 eleitos. Carlos Coelho, para além de Vice-presidente da Comissão de Política Regional, será ainda membro efectivo da Comissão de Petições e da Delegação para as relações com os países da América do Sul e suplente na Comissão do Orçamento e na Comissão Parlamentar Mista CE-Malta.

MANUEL PORTO PRESIDE AO INTERGRUPO DO CALÇADO E DO COURO

Sob a presidência do Deputado Manuel Porto, retomou as suas actividades, no passado mês de Janeiro, o Intergrupo do Parlamento Europeu que se ocupa do Sector do Calçado e do Couro.



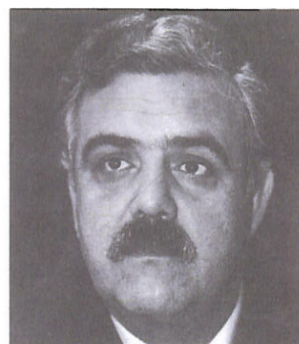
Na reunião, em que participaram também os Secretários-Gerais das Confederações Europeias e o Presidente e Secretário-Geral da Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes, foi programada uma reunião alargada de análise das implicações do Uruguai Round, a realizar em Bruxelas no mês de Abril. Ainda antes desta reunião serão feitas diligências relativas ao sistema de preferências generalizadas e ao acesso ao mercado norte-americano.

VIRGÍLIO PEREIRA PRESIDENTE DA CÂMARA DO FUNCHAL

Ao tomar posse como Presidente da Câmara do Funchal, Virgílio Pereira cessou funções como Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, cargo que exerceu em representação da Região Autónoma da Madeira nas três últimas legislaturas.

Nomeadamente, como Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Política Regional, soube defender com reconhecida competência não apenas os interesses da Madeira, como também os interesses nacionais neste domínio essencial da integração europeia.

"Projecto Europa" formula votos de muito sucesso a Virgílio Pereira nas novas funções que desempenha.



MENDES BOTA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, José Mendes Bota, foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, órgão autárquico em que o PSD conquistou sozinho a maioria dos lugares, em contraste com a Câmara, que continua a ser liderada pelo PS.

Mendes Bota manifestou-se disponível para um encontro com o Presidente da Câmara para "estabelecer as bases de uma cohabitação política e de uma coordenação orgânica entre a Câmara e a Assembleia Municipal, em proveito do Concelho de Loulé.



ANTÓNIO CAPUCHO, SOBRE O PROGRAMA LEGISLATIVO ANUAL DA COMISSÃO

“Não posso deixar de fazer alguns reparos de natureza formal (...). Desde logo, o programa não está ainda calendarizado e (...) é omissivo quanto à base jurídica das medidas propostas, o que perturba a organização do Parlamento ao nível das comissões parlamentares e favorece conflitos interinstitucionais, que seriam evitáveis. (...) parece-nos francamente positiva a prioridade que se atribui às medidas inerentes à implementação do Livro Branco sobre o crescimento, a competitividade e o emprego, sendo certo que este constitui a principal e legítima preocupação dos cidadãos europeus (...).

RUI AMARAL, SOBRE A POLÍTICA COMUM DE TRANSPORTES

“(…) existem ainda lacunas importantes que importa preencher e algumas delas de grande fôlego, para as quais se impõe uma iniciativa legislativa decidida e urgente por parte da Comissão. Refiro-me, em linhas gerais, à liberalização do transporte ferroviário, ao estabelecimento de regras de concorrência leal entre os diferentes modos de transporte, à política de infraestruturas ainda verdadeiramente incipiente e tímida, e a todo o processo de harmonização sem o qual a concorrência pode ser seriamente subvertida”.

VASCO GARCIA, SOBRE A REFORMA DA PAC

“Quando pensamos que o chão está sólido, eis que ele foge de novo. Foi o que se passou agora com as declarações do Comissário Steichen (...) relativamente à carne bovina e às vacas aleitantes. As manadas cresceram exageradamente (...). O mesmo em relação à carne bovina, cuja produção nalguns Estados-membros continuou a aumentar. Compreende-se que a Comissão fiscalize o cumprimento dos acordos, mas a verdade é que o controlo

exercido sobre os produtores dos Estados-membros é sentido como uma forma de favorecer as importações de países terceiros”.

CARLOS COELHO, SOBRE A OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA

“Mas, se consideramos que os objectores de consciência não podem

discurso directo

ser prejudicados em função da sua opção de consciência religiosa ou filosófica, entendemos que não é igualmente aceitável que sejam beneficiados por essa circunstância. Se assim acontecesse, estaríamos a estimular o recurso ilegítimo a esse estatuto como expediente fácil, cómodo e vantajoso de obviar ao cumprimento do serviço militar.

Por isso consideramos arriscado dizer simplesmente que o tempo de duração do serviço cívico deve ser igual ao do serviço militar.

O que é indispensável é que no seu conjunto, penosidade e duração sejam equivalentes.”

MANUEL PORTO, SOBRE A INDÚSTRIA ELECTRÓNICA EUROPEIA

“(este sector é) de grande importância para a Comunidade, não só pelo que representa em termos de PIB - 5% agora e, previsivelmente, 10% no ano 2000 - e de emprego, 800.000 pessoas, como pelo seu relevo para toda a actividade económica e social. (...) poderia ser-se tentado a seguir a via proteccionista (...). Seriam, todavia, graves as consequências daí resultantes dado o relevo dos produtos em causa, encarecidos por essa via, para a actividade económica e para o bem estar dos consumidores, ou seja, só por isso seriam por certo maiores os prejuízos gerais do que os ganhos proporcionados ao sector protegido.”

CARLOS PIMENTA, SOBRE A SEGURANÇA NUCLEAR

“(…) estamos bastante preocupados com o facto de a Rússia e os Estados membros da antiga União Soviética não terem ainda firmado as convenções internacionais relativas à responsabilidade civil. Sem a assinatura destas convenções torna-se extremamente problemático o apuramento da responsabilidade das firmas e fornecedores ocidentais que forneçam serviços ou equipamentos para centrais que venham a ser alvo de problemas que originem danos para o ambiente ou para a saúde das pessoas.”

MARQUES MENDES, SOBRE A CIDADANIA

“(…) depois de afirmar que a consagração da cidadania implica não só a atribuição de direitos a todos os cidadãos da União, mas impõe também a sua não discriminação, desde logo, em razão da nacionalidade, permito-me destacar que o Tratado, muito solenemente, consagrou neste capítulo o direito de os cidadãos circularem e permanecerem no território dos Estados-membros. Este direito (...) sempre foi um dos mais importantes objectivos da Comunidade (...). Todavia, lamentavelmente, o seu efectivo exercício continua bem longe de ser uma realidade.”

JOSÉ MENDES BOTA, SOBRE A POLÍTICA COMUNITÁRIA DE TURISMO

“Nos últimos anos o turismo mereceu pouca atenção das Presidências da Comunidade. A excepção foi a Presidência portuguesa durante a qual foi aprovado o plano de acções comunitárias em favor do turismo. Agora é possível encontrar no programa da Presidência grega um pequeno capítulo de vontade política dedicado ao turismo. Só é pena é que essa manifestação não encontre expressão orçamental satisfatória nem uma estrutura minimamente condizente com a importância do sector ao nível da Comissão.”

PARLAMENTO EUROPEU CONTRA A FRAUDE, O CRIME ORGANIZADO E A PORNOGRAFIA

O Parlamento Europeu debateu, em plenário, a cooperação policial e judicial possibilitada pelo “terceiro pilar” do Tratado da União Europeia, tendo a generalidade dos deputados defendido o total aproveitamento das novas possibilidades oferecidas pelo Tratado para combater a delinquência organizada e a fraude internacional. No texto da resolução aprovada, o Parlamento Europeu considera que a eficácia desse combate exige que se ultrapasse o duplo regime estabelecido no Tratado, consoante se trate de cooperação policial de tipo administrativo ou de cooperação judicial de âmbito penal, defendendo a criação de um verdadeiro espaço judicial europeu e o estabelecimento de uma efectiva cooperação policial europeia, ficando esta sujeita ao controlo político do Parlamento Europeu e à fiscalização judicial do Tribunal de Justiça.

Numa outra resolução relativa à luta contra a pequena delinquência nas zonas urbanas e à sua ligação ao crime organizado, o Parlamento Europeu apela à conjugação da prevenção com a repressão, nomeadamente, através de políticas sociais adequadas, de um programa comunitário de apoio às estratégias locais de luta contra a delinquência, de uma política de reintegração social dos ex-delinquentes e de ajuda às vítimas.

Numa resolução relativa à pornografia, o Parlamento Europeu alerta para a necessidade de proteger as principais vítimas das actividades a ela ligadas: as mulheres e as crianças.

No texto aprovado é ainda advogada a harmonização das políticas preventivas e repressivas de luta contra a pornografia na União Europeia.

RUI AMARAL E MANUEL PORTO PARTICIPARAM NA DELEGAÇÃO DO PE QUE SE DESLOCOU A MANILA

A Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países ASEAN, em que participaram os deputados sociais democratas Rui Amaral e Manuel Porto, deslocou-se nos passados dias 24 a 26 de Janeiro a Manila, onde teve lugar um encontro com uma delegação do Parlamento das Filipinas.

Nesta reunião, para além da análise da situação política e particularmente do processo de paz naquele país, foi feito o ponto da situação das relações das Filipinas com a União Europeia. Após este encontro, a Delegação do PE dividiu-se em duas sub-delegações, que se deslocaram à Coreia do Sul e ao Vietname.

breves

CONFERÊNCIA SOBRE “ÁUSTRIA NA UNIÃO EUROPEIA”

Promovida pela Federação dos Partidos Europeus Liberais, Democráticos e Reformistas e pelo Grupo LDR do Parlamento Europeu, realizou-se, nos passados dias 27 e 28 de Janeiro, em Viena, uma conferência sobre “A Austria na União Europeia”. Atendendo à importância de que a política comum de transportes se reveste para este país candidato à

adesão à União Europeia, foi particularmente interessante e motivadora de um participado debate a intervenção sobre este tema feita pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral. Participou igualmente nesta reunião o Deputado do PSD à A.R., João Matos.

PARLAMENTO PARITÁRIO REÚNE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por iniciativa das deputadas portuguesas ao Parlamento Europeu, designadamente da deputada do PSD, Margarida Salema, reuniu na Sala do Senado da Assembleia da República, em Lisboa, nos passados dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, o “Parlamento Paritário”.

Este projecto inédito de organizar um Parlamento com igual número de deputadas e de deputados foi apoiado pelo programa comunitário para a igualdade de oportunidades e teve como principal objectivo contribuir para uma crescente participação política das mulheres.

Constituíram o “Parlamento Paritário” todas as mulheres que são ou foram deputadas à Assembleia da República, à Assembleia Constituinte e ao Parlamento Europeu e um número igual de deputados que, preenchendo as mesmas condições, tenham sido por aquelas convidados.

Esta iniciativa, que contou com o apoio da SEDES, recebeu o patrocínio do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro Ministro e teve a colaboração dos Grupos Parlamentares. No final, foram votados textos com recomendações e apelos às instituições nacionais e europeias para que dêem mais atenção às condições de efectiva participação das mulheres.

PROJECTO EUROPA

rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles

tel 2845551

fax 2849551